



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681143 - SP (2021/0224941-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUSTAVO PICCHI - SP311018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANIEL APARECIDO MARIA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANIEL APARECIDO MARIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 0001093-47.2021.8.26.0168).

O paciente cumpre pena de 9 anos, 2 meses e 18 dias de reclusão em regime fechado, em razão de condenações por estelionatos, receptação e uso de documento falso.

A impetrante sustenta que o réu faz jus à progressão ao regime semiaberto, porquanto cumpriu os requisitos objetivos e subjetivos, conforme preceitua o art. 112 da Lei de Execuções Penais.

O Ministério Público pleiteou pelo não provimento do recurso e o Tribunal de Justiça de origem manteve a decisão agravada no sentido do não provimento do requisito subjetivo "consoante apontamentos constantes do parecer psicológico".

Requer, liminarmente, a concessão da progressão ao regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente